



LORENY SOUZA DE JESUS

**COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA
SOBRE SEU USO NO AMBIENTE ESCOLAR**

ALAGOINHAS-BA

2023

LORENY SOUZA DE JESUS

**COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA
SOBRE SEU USO NO AMBIENTE ESCOLAR**

Trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentado ao curso de graduação Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Santíssimo Sacramento polo Alagoinhas, como requisito para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof^o. Dr. Ede Ricardo de Assis Soares

ALAGOINHAS-BA

2023

J58c Jesus, Loreny Souza de
Comunicação não-violenta: uma revisão bibliográfica sobre
seu uso no ambiente escolar/ Loreny Souza de Jesus. – Alagoinhas:
[s.n.t], 2023.
44 f.
Monografia (graduação) – Curso de Licenciatura em
Pedagogia.
Faculdade Santíssimo Sacramento, 2023.
Orientador: Prof. Dr. Ede Ricardo de Assis Soares.
1. Educação não-violenta 2. Educação infantil 3.
Educação funda mental I. I. Soares, Ede Ricardo de Assis II.
Faculdade SS Sacramento
III. Título.

CRB 1042

LORENY SOUZA DE JESUS

**COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA
SOBRE SEU USO NO AMBIENTE ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia, da Faculdade Santíssimo Sacramento.

Alagoinhas, 14 de fevereiro de 2023.

Banca examinadora

Prof. Dr. Ede Ricardo de Assis Soares

Profa. Dra. Juliane Costa Silva

Prof. Me. Ariel Dantas Barbosa

À minha mãe querida por todo apoio.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos e todas que me apoiaram nesse momento tão importante para minha formação.

Agradeço ao meu orientador, pela leitura atenciosa e por acompanhar a realização desse Trabalho de Conclusão de Curso.

Agradeço também aos amigos e familiares que me acompanharam nessa trajetória com apoio, carinho e compreensão.

Agradeço também aos/às professores e professoras da banca pela leitura e orientações.

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.” Paulo Freire (2000, p.67).

RESUMO

A violência escolar é uma questão complexa e ampla, estudada por muitos pesquisadores da educação, por isso é importante a prática crítica do profissional que, através das observações e das pesquisas, desenvolve novas didáticas e novos modos de lidar com a violência escolar em suas diversas formas. Essa pesquisa tem como tema principal o uso da ferramenta comunicação não-violenta (CNV), teoria e prática desenvolvida pelo psicólogo estadunidense Marshall Rosenberg (2006) como uma possibilidade para mediar situações de violência no ambiente escolar. Por isso, questionamos: Como a comunicação não-violenta pode transformar o ambiente escolar da Educação Infantil e Educação Fundamental I? O objetivo geral deste estudo bibliográfico foi uma análise sistemática acerca das pesquisas sobre os usos da comunicação não-violenta de Rosenberg (2006) nas escolas de educação infantil e educação básica I. E tem como objetivos específicos: refletir como a violência esteve presente no processo educacional ao longo da história da educação, descrever e analisar brevemente os estudos que estão sendo realizados acerca de educação e comunicação não-violenta. Trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa realizada nas plataformas SciELO, Google Acadêmico e nos repositórios de universidades públicas e particulares. A partir dessa investigação, geramos um quadro com autores que escreveram sobre comunicação não-violenta e escola, apresentando uma descrição breve dos resultados obtidos e por fim, analisando e estabelecendo diálogos entre os resultados e a questão principal. A comunicação é indispensável para os seres humanos, entretanto, faz-se necessário pensarmos ferramentas para aprendermos a nos comunicar melhor e a escola pode promover aprendizagem sobre o diálogo, combatendo dessa forma a violência intraescolar.

Palavras-chave: comunicação não-violenta; pedagogia; educação infantil; ensino fundamental I, escola

ABSTRACT

School violence is a complex issue, studied by many educational researchers. Is important for all society have a critical professional practice that, through observations and research, develops new didactics and new ways to deal with school violence in its various forms. This research has as theme the use of non-violent communication tools (CNV), theory and practice developed by the American psychologist Marshall Rosenberg (2006) as a possibility to mediate situations of violence in the school environment. Por isso, questionamos: How a non-violent communication pode transforma o ambiente escolar da Educação Infantil e Educação Fundamental I? The general objective of this bibliographic study was a systematic analysis of research on the use of non-violent communication by Rosenberg (2006) in schools of infantile education and basic education I. It has specific objectives: reflecting how violence was present in the process educacional ao longo da história da educação, describe and analyze briefly the studies that are sendo realizadas acerca de educação e communication non-violenta. Trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa realized nas platforms SciELO, Google Acadêmico e nos reservatórios de universidades públicas e particulares. From this investigation, we created a framework with authors who wrote about non-violent communication and school, presenting a brief description of the results obtained and por film, analyzing and establishing dialogues between the results and the principal question. The communication is indispensable for human beings, however, it is necessary to think about tools to learn how to communicate better, the school can promote learning about dialogue, combating this form of intra-school violence.

Keywords: nonviolent communication; pedagogy; child education; basic education, school

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	10
2.	PEDAGOGIA, VIOLÊNCIA ESCOLAR E A COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA.....	14
2.1	Sobre a pedagogia e a prática da pedagogia crítica.....	14
2.2	A violência em ambiente escolar: uma questão histórica.....	17
2.3	A Comunicação não-violenta (CNV) e a importância da comunicação em ambiente escolar.....	22
3.	MAPEAMENTO DOS ESTUDOS REALIZADOS.....	26
3.1	Descrição dos resultados da pesquisa.....	26
3.2	Contribuições da Comunicação Não-Violenta para a Educação Infantil e Ensino Fundamental I.....	35
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
5.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	42

1. INTRODUÇÃO

A comunicação não-violenta (CNV), é uma teoria da psicologia desenvolvida por Marshall B. Rosenberg (2006), apresentada em seu livro: “Comunicação não violenta: Técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais”. Apesar das técnicas não serem desenvolvidas exclusivamente para os ambientes escolares, o livro tem chamado atenção na área de educação, sendo fruto de leitura e debate por parte dos professores.

Essa pesquisa deseja saber como a CNV vem sendo aplicada à educação e quais os resultados narrados pelos pesquisadores da área de educação sobre essa ferramenta de comunicação que pode auxiliar no combate à violência na escola, com destaque para a Educação Infantil e Ensino Fundamental I. De modo que o objeto de pesquisa é a CNV e a educação. O texto é resultado de uma pesquisa com o tema: Comunicação não-violenta e escola. E tem como questão norteadora compreender: Como a comunicação não-violenta (CNV) pode contribuir para um ambiente escolar menos violento na Educação Infantil e na Educação Fundamental I?

Compreendemos a Educação Infantil e o Ensino Fundamental I como prioridades nesse trabalho, pois são os campos de atuação da pedagoga. A Educação Infantil e o Ensino Fundamental I passaram a ser dever do Estado e da família e, também, direito da criança apenas com a Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988). Em consequência, o direito à educação para crianças como prioridade estatal foi ressaltada em 1990 com a publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990)¹.

A definição de Educação Infantil e Ensino Fundamental I que utilizamos é a definição apresentada nos documentos oficiais, como a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 (BRASIL, 1996). A LDB está orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam a formação humana integral e à construção de uma sociedade

¹ Em seguida, o Ministério da Educação (MEC), publicou documentos importantes para orientar e direcionar as escolas de Educação Infantil e em 1996, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN - lei nº 9394/96), a Educação Infantil é considerada a primeira etapa da Educação Básica, a Educação Básica compreende a Educação Infantil; Ensino Fundamental I; Ensino Fundamental II e Ensino Médio (BRASIL, 1996). Em 2006 o MEC, altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e então estabelece a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental (anteriormente eram oito), sendo do primeiro ano ao quinto ano, o Ensino Fundamental I. A matrícula torna-se obrigatória a partir dos 4 (quatro) anos de idade (BRASIL, 2006).

justa, democrática e inclusiva. Consideramos para a pesquisa a Educação Infantil apenas a partir da pré-escola, pois a matrícula torna-se obrigatória, ou seja, grupos com crianças de quatro e cinco anos. O ensino Fundamental I compreende do primeiro ano ao quinto ano, crianças na faixa de seis a onze anos, até um pouco mais em alguns casos².

O objetivo geral deste estudo bibliográfico foi uma análise sistemática acerca das pesquisas sobre os usos da comunicação não-violenta de Rosenberg (2006) nas escolas de educação infantil e educação básica I. Como objetivos específicos buscou-se analisar como a violência esteve presente no processo educacional ao longo da história da educação e descrever brevemente os estudos que estão sendo realizados acerca de educação e comunicação não-violenta e em seguida apresentar uma breve análise desses dados coletados.

Consideramos que a CNV, apesar de muitos usos, como o uso empresarial ou seu uso para mediação de conflitos familiares, pode transformar as relações entre sujeitos dentro da escola, promovendo uma comunicação mais saudável e novas práticas de resolução de conflitos entre a comunidade escolar e diminuindo, conseqüentemente, a violência na escola, da escola e à escola, conceitos que exploraremos no próximo tópico.

A investigação parte de uma inquietação pessoal da autora ao se deparar com os discursos violentos que são reproduzidos na escola, no que se refere aos comandos estabelecidos, ao respeito a subjetividade dos estudantes e a forma que às suas frustrações são trabalhadas principalmente, no que concerne à Educação Infantil e o Ensino Fundamental I e como uma mudança na linguagem pode transformar as relações no ambiente escolar. Através da experiência da autora em sala de aula ficou evidente a necessidade de encontrar ferramentas para lidar com as questões emocionais de discentes e docentes. Em diálogo com colegas de curso e profissão, a mesma percebia como o tema é caro para a pedagogia, pois questões como indisciplina e agressividade aparecem nas narrativas com frequência. A

² A atualização mais recente das normativas foi no mês de dezembro do ano de 2018, em que foi homologada a versão final da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo de aprendizagens essenciais voltados a todos/as os/as alunos/as das diferentes etapas da educação básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o Plano nacional de educação (PNE). (BRASIL, 2001; BRASIL, 2018).

experiência em sala, a observação do espaço escolar, os diálogos e leituras geraram uma reflexão sobre os modelos punitivos utilizados para manterem as crianças submissas às regras escolares.

Dessa forma, a pesquisa mostra-se socialmente relevante, visto que a escola tem um grande peso na formação dos estudantes e suas subjetividades, sendo um dos contatos iniciais desses sujeitos em formação aos espaços fora da família. Então, a forma que a escola dialoga com as crianças em suas diferentes fases de desenvolvimento, impondo regras punitivas, é um fator determinante no processo de aprendizagem, pois a criança está também, nos anos iniciais de estudo, construindo sua personalidade e esse processo não se dá pela punição e pelo sofrimento, mas pela qualidade das relações estabelecidas.

O tipo de pesquisa utilizada na construção desse texto foi a descritiva/narrativa. Segundo Antônio Carlos Gil (2008), a pesquisa descritiva, também chamada de narrativa em outros autores busca, através da leitura e análise de outras publicações científicas sobre o tema, apresentar reflexões sobre o objeto pesquisado, proporcionando assim, proximidade com a questão. Para a execução da pesquisa realizou-se a coleta de dados através da pesquisa bibliográfica e documental, buscando material nos sites: Google Acadêmico; *Scientific Electronic Library Online (SciELO)* e nos reservatórios acadêmicos de universidades. Nossa abordagem foi qualitativa, com o intuito de ler, analisar e relacionar os dados para a interpretação.

A pesquisa realizada em 28 de dezembro de 2022 e utilizou os descritores: Comunicação não-violenta; educação infantil; escola e pedagogia. Cruzando comunicação não-violenta com cada um deles, procuramos os descritores inicialmente no título e no resumo. Depois de selecionados os resultados e os critérios de exclusão foram: textos escritos em outra língua que não a portuguesa, publicações anteriores a 2012 e resultados que fugissem do tema principal.

Apresentaremos ao longo das próximas sessões os resultados da pesquisa, iniciando com os referenciais teóricos utilizados para construir a pesquisa e orientar o trabalho. Os textos como mencionamos anteriormente foram apresentados ao longo do curso nas disciplinas, são especialistas reconhecidos, cujo trabalho é amplamente aceito pela academia. Esses autores apresentam conceitos importantes para apresentarmos as hipóteses, desse modo, iniciamos as referências apresentando

algumas reflexões sobre a própria pedagogia através do autor Paulo Ghiraldelli Júnior (2006).

Em seguida trazemos os autores Miriam Abramovay (2002; 2005) e Bernad Charlot (2002) para apresentar alguns conceitos possíveis de violência e violência escolar. Para costurar a pesquisa, trazemos então uma breve história da educação brasileira por Maria Lúcia Spedo Hillsdorf (2003) e algumas considerações sobre espaços institucionais, como a escola, como local de controle de corpos trazido por Michel Foucault (1987). Por fim, apresentamos o conceito de comunicação não-violenta (CNV) e seus principais aspectos por Rosenberg (2006), e as aproximações possíveis entre a obra de Rosenberg e a de Paulo Freire (1987).

Apresentaremos então os resultados. Inicialmente, um quadro com as principais informações sobre os resultados da pesquisa, organizada de maneira objetiva para facilitar a identificação das informações, em seguida um resumo de cada texto encontrado na pesquisa apresentando seus aspectos principais e os resultados, apresentaremos a análise dos textos com a questão norteadora e por fim, as considerações finais.

2. PEDAGOGIA, VIOLÊNCIA ESCOLAR E A COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA

As teorias que embasaram esse trabalho foram apresentadas ao longo do curso de Pedagogia, através das leituras obrigatórias e complementares, compartilhada também em sala através das discussões com os professores e colegas, mas também através da prática na realização de estágios como assistente de sala. Algumas indagações sobre o ambiente escolar e seu funcionamento encontraram fundamentação nos textos que serão brevemente apresentados a seguir. Desse modo, descrevemos brevemente abaixo algumas leituras que foram indispensáveis para a construção e execução dessa pesquisa e apresentam alguns conceitos importantes abordados nos resultados.

2.1 Sobre a pedagogia e a prática da pedagogia crítica

Ghiraldelli Júnior em seu livro “O que é a Pedagogia” (2006), apresenta uma linha do tempo de desenvolvimento da disciplina, além das principais teorias e reflexões sobre a prática pedagógica na contemporaneidade. A Pedagogia é comumente ligada ao cuidado das crianças, no senso comum, à imagem da “tia”, aquela que cuida, ainda é muito presente. Segundo Ghiraldelli Júnior (2006), o próprio termo pedagogia, vem do grego *Paidagogia* que designava, na Grécia antiga, o acompanhamento e a vigilância dos jovens. “O *paidagogo* (o condutor da criança) era o escravo cuja atividade específica consistia em guiar as crianças à escola, seja a *didascaléia*, onde receberiam as primeiras letras, seja o *gymnásion*, local de cultivo do corpo” (GHIRALDELI JÚNIOR, 2006, p.8).

Entretanto, ao experimentarmos o curso em pedagogia, percebemos o nível de complexidade do papel da pedagoga e que ela não pode ser reduzida somente ao âmbito do cuidado. Segundo Ghiraldelli, são três as principais tradições de estudos educacionais, essas são responsáveis pelos modelos de ensino tanto da pedagogia tradicional quanto da pedagogia nova e influenciam até hoje os pesquisadores da área, são elas: a francesa, na linha da sociologia de Émile Durkheim (1858-1917), e as tradições alemã e americana, segundo as filosofias e psicologias de Johann Friedrich Herbart (1776-1841) e John Dewey (1859-1952). O autor define

resumidamente essas três tradições como: “utopia educacional, como ciência da educação e como filosofia da educação” (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2006).

Durkheim, foi pioneiro em tentar conceituar "pedagogia", "educação" e "ciências da educação", no final do século XIX e início do século XX. Em sua compreensão “A educação é definida como o fato social pelo qual uma sociedade transmite o seu patrimônio cultural e suas experiências de uma geração mais velha para uma mais nova, garantindo sua continuidade histórica” (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2006, p. 8). A pedagogia, seria então: “[...] como literatura de contestação da educação em vigor e, portanto, afeita ao pensamento utópico” (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2006, p.8). Por fim, as teorias da educação em vigor “[...] deveriam seguir as ciências da educação. Essas seriam compostas, principalmente, pela sociologia e pela psicologia” (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2006, p.8), caberia a sociologia propor fins para a educação e à psicologia possibilitar os avanços relativos às didáticas.

Herbart e Dewey, são contemporâneos de Durkheim, entretanto, compreendem o termo pedagogia “no interior de outras constelações Conceituais” (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2006, p.9). Enquanto Herbart não separa ciência e pedagogia, afirmando a "pedagogia como ciência da educação" e fundamenta a pedagogia na psicologia. Dewey, não separa pedagogia e filosofia, participando de uma corrente filosófica denominada pragmatismo. Portanto, ele afirma: “A filosofia, então, é uma filosofia da educação. Pedagogia, filosofia e filosofia da educação, na concepção deweyana, tornam-se, em alguma medida, sinônimos (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2006, p.9).

Outro obstáculo no desenvolvimento dos estudos em educação através da pedagogia, segundo Ghiraldelli Júnior (2006), é a confusão que alguns autores fazem entre a prática da pesquisa pedagógica e a construção da didática. o fazer uma separação entre a Pedagogia e a Didática o autor afirma:

Assim, a pedagogia, tomada como utopia educacional, ciência ou filosofia da educação, diz respeito, em geral, à teoria da educação, enquanto a didática diz respeito aos procedimentos que visam fazer a educação acontecer segundo os princípios extraídos da teoria. *Grosso modo*, podemos dizer que à Pedagogia Tradicional e à Pedagogia Nova correspondem uma didática tradicional e uma didática nova. Boa parte dos manuais, no século XX, apresentam tais didáticas batizando-as como herdeiras, respectivamente, das pedagogias de Herbart e de Dewey. (GHIRALDELLI JUNIOR, 2006, p.20).

Através dessas reflexões, o autor critica uma pedagogia cuja postura está ligada apenas ao desenvolvimento técnico e à preparação ao mercado de trabalho, destacando a importância de uma pedagogia que compreenda o desenvolvimento subjetivo e a valorização das crianças como sujeitos. O autor afirma que a subjetividade pode ser compreendida, em resumo, como formas de consciência, sendo a consciência um “conhecimento de si e das coisas e, ao mesmo tempo, reflexão, ou seja, o conhecimento desse conhecimento” (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2006, p. 23).

Ainda segundo Ghiraldelli Júnior, a consciência apresenta-se, basicamente, em três formas:

[...] como *eu* psicológico, como consciência moral — a *pessoa* — e como *sujeito do conhecimento*. Como *eu* psicológico ela é o conjunto das vivências do indivíduo, isso é, os estados corporais e mentais relativos a si mesmo e ao mundo, que, unificados, proporcionam o sentimento de identidade desse indivíduo. Como consciência moral, isso é, como *pessoa*, ela é espontaneidade livre e racional que está na base das deliberações e julgamentos a respeito de direitos e deveres, em suma, na valoração e assunção de responsabilidades. Por fim, como *sujeito do conhecimento*, a consciência é atividade sensível e intelectual capaz de análise, síntese e representação, distinguindo-se assim dos objetos, com os quais pode trabalhar em nível conceitual, inclusive formulando significações, juízos, ideias e teorias. Diferentemente do *eu* psicológico, que singulariza o indivíduo, a *pessoa* e o *sujeito do conhecimento* são instâncias que aspiram à universalidade nos seus julgamentos sobre o bem e o mal e sobre o verdadeiro e o falso. (2006, p. 22-23).

A prática crítica da pedagogia passa pelo reconhecimento da importância da educação no cotidiano das crianças. A pedagoga, além de professora, além de acompanhar o dia a dia na escola, é também uma estudiosa e pesquisadora, cabendo também a essas profissionais a ampliação do conhecimento acerca das didáticas aplicadas em sala, as mudanças necessárias ao currículo e a criação de ferramentas de intervenção, visando a melhoria do processo de aprendizagem dos seus estudantes. E essa melhoria na aprendizagem e nas relações se passa também pela construção de uma escola livre de violência.

Essa pesquisa, com base em Vygotsky (1998) e Piaget (1976), compreende que os relacionamentos em ambiente escolar e, principalmente, o relacionamento entre professor e estudantes deve ser conduzido com afetividade, uma vez que as crianças ainda estão desenvolvendo suas habilidades, inclusive suas personalidades e descobrindo como perceber, experimentar e nomear seus sentimentos. Dessa forma, visando o autodesenvolvimento da criança, a afetividade é importantíssima

para que haja o sentimento de confiança e segurança. Assim, a utilização da comunicação não-violenta na educação infantil e no ensino fundamental I, orienta à criança ao seu desenvolvimento integral. Conforme o que prevê nos documentos oficiais que organizam as escolas.

Ainda sobre a afetividade, para Vygotsky:

[...] a afetividade é um elemento cultural que faz com que tenha peculiaridades de acordo com cada cultura. Elemento importante em todas as etapas da vida da pessoa, a afetividade tem relevância fundamental no processo ensino-aprendizagem no que diz respeito à motivação, avaliação e relação entre professor e aluno. (1998, p. 42).

Bruno Neto (2020), também comenta sobre a afetividade e como ela é importante para a comunicação entre professor e estudante, estabelecendo algumas relações entre Piaget e Vygotsky acerca do tema. O autor afirma que Piaget ao mencionar a ideia de cooperação entende que a comunicação entre docente e discente é importante, inclusive na compreensão dos conteúdos trabalhados em sala de aula, essa ideia se relaciona com o com a teoria de intercâmbio social de Vygotsky, ela também salienta a importância da comunicação entre o professor e o aluno, e segundo o autor, essa comunicação possui um componente afetivo.

Nas próximas sessões abordamos como a violência escolar é um problema contemporâneo que afeta estudantes, professores e outros agentes do ambiente escolar, como essa violência tem origem histórica, e no fim do capítulo como o autor Rosenberg (2006), sugere o uso da Comunicação não-violenta, uma pesquisa do campo da psicologia como possibilidade de mediar conflitos escolares e melhorar as relações no ambiente escolar e assim, também o ensino-aprendizagem.

2.2 A violência em ambiente escolar: uma questão histórica

A violência é um fenômeno complexo na nossa sociedade e ocupa o centro de discussões sobre o bem-estar social. E, dentro desses debates, temos a violência escolar, que é um tema amplamente pesquisado por cientistas da educação e é um tema relevante nos debates entre os pedagogos em formação e os professores atuantes na área, tornando-se assim um tema importante para a pedagogia. A violência ocorre em várias esferas e de várias formas, mostrando-se necessária a prática crítica da pedagogia e a reflexão para desenvolver modos de lidar com esse

fenômeno. Muito se tem teorizado sobre a violência escolar em várias disciplinas. Um dos destaques da pesquisa no Brasil é a Miriam Abramovay, a autora aponta que a definição de violência é ampla:

Apresentar um conceito de violência requer uma (sic) certa cautela, isso porque ela é, inegavelmente, algo dinâmico e mutável. Suas representações, suas dimensões e seus significados passam por adaptações à medida que as sociedades se transformam. A dependência do momento histórico, da localidade, do contexto cultural e de uma série de outros fatores lhe atribui um caráter de dinamismo próprio dos fenômenos sociais. (2005, p. 53).

Abramovay destaca que não existe uma única definição do que seja violência e sim uma “multiplicidade de atos violentos” e esses atos podem ser analisados considerando as normas, as condições e os contextos sociais, variando de um período histórico a outro. A autora apresenta uma divisão da violência: a violência direta; a violência indireta e a violência simbólica. A direta seria aquela que causa danos à integridade da vida humana. A indireta, a violência que causa danos ao psicológico ou ao emocional. E a violência simbólica, o conjunto de relações que limita o indivíduo nas suas ações, pensamento ou consciência (2002).

Alguns outros autores também se debruçaram sobre a questão da violência escolar, destaca-se entre as leituras a obra de Bernard Charlot (2002). O autor caracteriza a violência presente na escola em três tipos: “a violência na escola; a violência à escola e a violência da escola”. Ainda segundo o autor, as transformações na prática cotidiana são significativas, sendo os professores um dos agentes transformadores do ambiente escolar.

A violência na escola se refere ao local físico em que houve uma violência no ambiente escolar. A violência à escola são aquelas praticadas contra a instituição e os seus representantes como os funcionários de serviços gerais, professores, assistentes da secretaria, etc. Já a violência da escola é a praticada pela escola junto aos alunos, também conhecida em outros autores como violência institucional, ocorre também de modo simbólico, abordando desde a construção do currículo, as práticas punitivas e o modo como a comunidade escolar trata esses estudantes como um todo. (CHARLOT, 2002).

Uma das hipóteses possíveis é que a violência em âmbito escolar é direta; indireta e simbólica, como aponta Abramovay (2002) e se manifesta na escola, à escola e da escola como aponta Charlot (2002) e está de maneira tão presente no dia

a dia escolar não só porque está fortemente presente na sociedade, mas porque houve um processo histórico que colaborou com isso, assim como a ideia de escola e disciplina passa por uma ideia de controle, ou seja, violenta.

Segundo a autora Hilsdorf em "História da educação brasileira: leituras", a educação formal no Brasil está atada ao nosso processo de colonização, sendo os jesuítas, os primeiros responsáveis por um processo ordenado, da catequese dos povos locais até mesmo a administração de casas transformadas em colégios, estes funcionavam nas principais vilas da colônia nas províncias reconhecidos hoje como: Bahia (1564) nas cidades de Salvador, Ilhéus e Porto Seguro; Rio de Janeiro (1568) e Pernambuco (1576), onde era oferecido gratuitamente o ensino secundário em Humanidades para a população letrada, branca e abastada sob a administração dos jesuítas na educação se estende do século XVI ao século XVIII (HILSDORF, 2003).

A igreja católica naquela época possuía interesses econômicos e religiosos no Brasil colônia e promoveram a catequização dos indígenas, mudando a sua cultura, ou seja, suas crenças e costumes, inclusive suas expressões religiosas. Os padres jesuítas vieram para o Brasil com a missão dada pela igreja católica de iniciar o catecismo da população local. Houve diversas proibições aos indígenas e punições, eles eram proibidos de falar a própria língua, passavam por castigos físicos, não recebiam alimentação caso recusassem a submissão à religião e à coroa portuguesa.

Após a reforma Pombalina, mesmo com a alteração do sistema de escolas, é importante mencionarmos que o acesso ao letramento e a educação básica como um todo era restritiva, nota-se nesse processo que parte da população era escravizada e trazida de diversas regiões do continente africano, era até então vista como "sem alma", como mercadoria, sendo proibida por lei o seu acesso à educação. Mulheres brancas, indígenas e mestiças tinham entre si um status social diferente, porém também estavam fora da lógica da educação pública. Por lei não havia nada que impedisse o acesso de homens mestiços e indígenas, mas eles eram costumeiramente recusados nas escolas de estudos intelectuais, como o estudo para torna-se missionário. Ou seja, a educação voltada majoritariamente para meninos brancos de famílias abastadas, seguindo o modelo de ensino praticado na Europa (HILSDORF, 2003).

Posteriormente, mesmo com as mudanças na educação, o castigo permaneceu presente no âmbito escolar, punições físicas como reguadas, ajoelhar no milho e feijão, alunos deixados no canto da sala isolados, a proibição de falar e sentar, entre outros, eram presentes nas vidas dos estudantes em caso de indisciplina. Nessa época, a compreensão era que o poder disciplinador dos pais, que envolvia castigos físicos era “emprestado” à escola. Apenas posteriormente, com a regularização da educação básica pela Constituição Brasileira e a criação do ECA que os castigos físicos foram combatidos nas escolas, mas a lógica punitivista ainda se perpetua de outras formas.

Como apresentado anteriormente, a educação jesuítica foi um modelo que condicionava a repressão e a subjugação através dos castigos físicos. Dialogar sobre os discursos da educação numa perspectiva de análise sobre o poder, as práticas punitivas, as instituições e os discursos da educação fazem-se necessário para compreender os discursos construídos socialmente e alimentados também na escola que geram violência.

Um dos escritos mais significativos sobre o uso do poder para controle dos corpos realizado de maneira institucionalizada é o livro “Vigiar e Punir” (1987), do filósofo e historiador francês Michel Foucault, que descreve, através de uma análise histórica, como o exército, as fábricas, as prisões, os asilos e as escolas da Idade Moderna são instituições como objetivo de vigiar, adestrar e punir os sujeitos. Com isso há um controle dos corpos e da subjetividade dos sujeitos na tentativa de mantê-los dóceis.

É necessário esclarecer que Foucault não dedicou suas pesquisas diretamente e unicamente à temática da educação. Mas em sua obra há algumas contribuições que nos ajudaram a pensar como a escola vêm moldando o que o autor nomeia de sujeito moderno. E em sua quinta conferência realizada no Rio de Janeiro o autor afirma que a: “Pedagogia se formou a partir das próprias adaptações da criança às tarefas escolares, adaptações observadas e extraídas do seu comportamento para tomarem-se, em seguida, leis de funcionamento das instituições e forma de poder exercido sobre a criança” (FOUCAULT, 1996).

Se tratando de uma perspectiva pós-estruturalista, ou seja, que valorizam a linguagem e suas transformações nos efeitos sociais, as teorizações foucaultianas

estão em constante movimento, então compreendemos que o autor não oferece soluções, mas um arcabouço histórico sobre a modernidade para analisarmos o que mudou e o que permanece nas violências utilizadas por essas instituições, ou seja, seus escritos são referências para refletir sobre disciplina e punições e o seu uso socialmente aceito. Portanto, faz-se necessário um diálogo com esse autor acerca dos discursos na educação para tentar compreendermos a relação existente entre a sociedade disciplinar e os discursos e práticas presentes na educação. (VEIGANETO, 2007).

Foucault, nascido na primeira metade do século XX, sinalizou em suas pesquisas as transformações da sociedade moderna, as mudanças na organização política favorecendo o aparecimento de estratégias e de dispositivos adotados para o controle e o exercício das relações de poder, em suas diversas configurações. O "poder" entra nas instituições e implementa mecanismos de dominação e de controle do corpo. O poder é mais que um elemento, ele interfere e se materializa, atingindo os indivíduos e, através dos corpos dos corpos ele atinge a "alma" dos indivíduos. (FOUCAULT, 1987).

A disciplina dos corpos passa pelo uso da força física e assim é mantida a ordem e a docilidade dos indivíduos. Segundo o supracitado autor, disciplinas existiram de várias maneiras na história das sociedades ocidentais. As disciplinas produzem o controle dos corpos e expressam sobre ele um poder modelador e adestrador. O autor sinalizou que as verdades são construídas pelos diferentes tipos de coerções e que, historicamente, prevalecem como verdades as fabricadas em determinados momentos das sociedades pelo grupo que detém o poder sobre o discurso (FOUCAULT, 1987).

Na Idade Moderna, a aproximação do corpo como objeto e alvo do poder, afeta o cotidiano dos humanos de diversas maneiras. Pensando em um exemplo relacionado à área de educação, podemos citar a invenção do relógio e seu uso. Quando passamos a medir o tempo, preciosamente dividido, serviu para regulamentar os horários das atividades como a hora de entrada, duração de cada disciplina, intervalos regulamentados, hora da saída, da oração, do ditado, etc. Com o ciclo de repetições desenvolvia a mecanização e a precisão do tempo de cada atividade, comportamento esse que significava a adequação da vida social a partir da lógica do

capitalismo. O professor seria um administrador desse tempo, regulando a velocidade do aprendizado de cada um e julgando-os como satisfatório ou insatisfatório aplicando punições ou premiações a partir desse parâmetro, desrespeitando assim, a subjetividade dos estudantes.

2.3 A Comunicação não-violenta (CNV) e a importância da comunicação em ambiente escolar

Considerando uma prática crítica da pedagogia que visa transformar a escola em um ambiente libertador, valorizando o conhecimento e promovendo autonomia dos sujeitos, a violência escolar mostra – se como um fenômeno complexo e de interesse de pesquisa das pedagogas, pois impacta no dia a dia da escola e no desenvolvimento dos estudantes e pensando a escola como um ambiente, que pode superar sua história punitivista, para produzir uma educação libertadora, apresentamos abaixo o conceito de CNV desenvolvida por Rosenberg que pode ser uma poderosa ferramenta de transformação das relações no ambiente escolar.

A Comunicação Não-Violenta (CNV) trata-se de um método comunicativo desenvolvido pelo psicólogo estadunidense Marshall Rosenberg. Nessa pesquisa, utilizamos como referência seu livro “Comunicação Não-Violenta: Técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais” (2006). A tese principal do autor é que estereotipamos as pessoas de acordo com situações pontuais, expressando julgamentos, e que possuímos padrões de defesa, recuo ou ataque diante de julgamentos e críticas. Com a prática da CNV podemos aprimorar a maneira que nos expressamos melhorando assim, nossos relacionamentos pessoais e profissionais. Nesse sentido, é interessante refletir sobre como ela pode contribuir para aprimorar as relações dentro da escola, uma vez que a comunicação é uma ferramenta potente e compromete os resultados esperados.

Rosenberg desenvolveu a CNV a partir de sua experiência como mediador de conflitos, um dos campos explorados pela psicologia, o qual o autor pesquisa e atua por anos. Mas o autor ressalta em seu livro o fato de que não há uma metodologia fechada e perfeita para a execução da CNV e que ela pode ser aplicada em diversas situações, por exemplo, o ambiente escolar. (2006).

Assim como Abramovay (2002; 2005) e Charlot (2002), Rosenberg destaca que a violência não é intrínseca ao ser humano, desse modo, compreende que as formas que fazemos o uso da linguagem são importantes para pensarmos a violência em diversos contextos. O autor afirma então que toda comunicação procura expressar uma necessidade.

A CNV se baseia em habilidades de linguagem e comunicação que fortalecem a capacidade de continuarmos humanos, mesmo em condições adversas. Ela não tem nada de novo: tudo que foi integrado à CNV já era conhecido havia séculos. O objetivo é nos lembrar do que já sabemos – de como nós, humanos, deveríamos nos relacionar uns com os outros – e nos ajudar a viver de modo que se manifeste concretamente esse conhecimento. A CNV nos ajuda a reformular a maneira pela qual nos expressamos e ouvimos os outros. [...] Somos levados a nos expressar com honestidade e clareza, ao mesmo tempo que damos aos outros uma atenção respeitosa e empática. [...] A fórmula é simples, mas profundamente transformadora. (ROSENBERG, 2006, p. 21).

As habilidades de comunicação são habilidades aprendidas e desenvolvidas ao longo da nossa vida, desse modo, compreender maneiras de falar e ouvir, maneiras saudáveis de estabelecer esse laço tão importante para os seres humanos pode transformar as nossas relações. Desenvolvendo esse pensamento, o autor chegou a quatro componentes básicos que guiam a CNV: Observação, Sentimentos, Necessidades e Pedido, apresentados brevemente abaixo. O primeiro componente da CNV acarreta necessariamente que se separe observação de avaliação. Quando combinamos avaliações, os outros tendem a receber isso como crítica e resistir ao que dizemos. A CNV é uma linguagem dinâmica que desestimula generalizações estáticas. Em vez disso as observações devem ser feitas de modo específico, para um tempo e um contexto determinado. Por exemplo, “Zequinha não marcou nenhum gol em vinte partidas”, em vez de “Zequinha é péssimo jogador de futebol”. (ROSENBERG, 2006. p. 60).

A observação como ele destaca nesse trecho devem ser isentas de julgamento e elas devem ser precisas, objetivas, ou seja, o autor busca uma forma de dizer que devemos evitar as considerações estereotipadas e superficiais, em que uma situação momentânea pode ser transformada em uma característica intrínseca. Em sala de aula, essa situação pode ser traduzida, por exemplo, quando um aluno tem um comportamento agressivo e é reduzido a essa característica, sendo considerado violento.

A segunda medida é o sentimento, sobre o qual Rosenberg fala:

Uma confusão comum gerada por nossa linguagem é o uso do verbo *sentir* sem realmente expressar nenhum sentimento. Por exemplo, na frase “Sinto que não consegui um acordo justo”, a palavra *sinto* poderia ser mais precisamente substituída por *penso*, *creio* ou *acho*. Em geral, os sentimentos não estão sendo claramente expressos quando a palavra *sentir* é seguida de:

1) termos como *que, como, como se*; 2) vocábulo *que* seguido de pronomes como *eu, ele, ela, eles, isso* etc.; 3) vocábulo *que* seguido de nomes ou palavras que se referem a pessoas (2006, p. 76).

Quando o autor aborda os sentimentos, ele destaca a importância de falar nossos sentimentos, algo que parece muito simples, mas pode causar vergonha ou receio, para comunicarmos o que sentimos, precisamos também reconhecer o que sentimos e nem sempre isso é fácil. Praticar expressar nossos sentimentos de forma mais clara possível é uma prática que facilita a CNV.

O terceiro componente é a necessidade. Segundo o autor:

No terceiro componente da CNV reconhecemos a raiz de nossos sentimentos. A CNV aumenta nossa consciência de que o que os outros dizem e fazem pode ser o *estímulo*, mas nunca a *causa* dos nossos sentimentos. Com ela, vemos que nossos sentimentos resultam de como *escolhemos* receber o que os outros dizem e fazem, bem como de nossas necessidades e expectativas específicas naquele momento. Com esse terceiro componente, somos levados a aceitar a responsabilidade pelo que fazemos para gerar os nossos próprios sentimentos. (2006, p.83).

Devemos ter a consciência dos nossos sentimentos, e dessa maneira nos responsabilizarmos por identificar as nossas necessidades, sabendo que os nossos sentimentos são resultado de como respondemos à interação social. A CNV então propõe que identifiquemos os nossos próprios sentimentos e necessidades e/ou os sentimentos e necessidades dos outros para aprimorar a comunicação. Comunicar uma necessidade sem sentimentos como vergonha e culpa e podem ajudar a solucionar a questão de maneira mais eficiente. Embora, é importante ressaltar que se trata de uma sociedade atravessada pelas divisões sociais que refletem também no ambiente escolar.

Após esses passos há o pedido:

Já cobrimos nesse ponto os primeiros três componentes da CNV, que abordam o que estamos *observando, sentindo e necessitando*. Aprendemos a fazer isso sem criticar, analisar, culpar ou diagnosticar os outros, e de uma maneira mais provável de inspirar compaixão. O quarto e último componente desse processo aborda a questão *do que gostaríamos de pedir aos outros* para enriquecer nossa vida. Quando nossas necessidades não estão sendo atendidas, depois de expressarmos o que estamos observando, sentindo e precisando, fazemos então um pedido específico: pedimos que sejam feitas ações que possam satisfazer nossas necessidades. Como podemos expressar nossos pedidos de modo que os outros estejam mais dispostos a responder compassivamente a nossas necessidades? (ROSENBERG, 2006, p.114).

O pedido é um elemento que precisa ser enriquecedor e não uma exigência. Numa comunicação discente-docente essa situação pode ser traduzida em uma rotina escolar, como um momento em que o professor chama a atenção do estudante, apenas pedindo silêncio. Uma maneira de expressar o pedido seria observar a sala, mencionar como se sente com a questão indisciplinar, mencionar a necessidade de o porquê da necessidade da atenção naquele momento e pedir assim a atenção.

“Pedagogia do oprimido” é um dos livros mais populares de Paulo Freire (1987). Apesar de lançado em no ano de 68, continua uma obra atual, estudada não só no Brasil, mas por diversos países, inspirando educadores. O livro traz referências e conceitos diversos que precisam de uma leitura atenciosa para ser alcançados. A obra contém quatro capítulos: “Justificativa da pedagogia do oprimido”, “A concepção “bancária” da educação como instrumento da opressão. Seus pressupostos, sua crítica”, “A dialogicidade – essência da educação como prática da liberdade” e “A teoria da ação antidialógica”, precedidos por um “Prefácio”, de Ernani Maria Fiori, e de uma introdução, intituladas “Primeiras palavras”.

Descrevendo as ideias gerais do pedagogo Paulo Freire (1987), que identifica dentro das dinâmicas sociais os oprimidos e os opressores como dialética, ou seja, em contradição, sendo os objetivos dos oprimidos a libertação do pensamento com a qual se alcançaria a autonomia. Percebe-se aqui uma aproximação possível entre a obra de Freire e Rosenberg, ambos defendem que todos devem ser agentes de transformação e essa transformação passa também pela comunicação. Freire nos convida a refletir sobre a importância de perceber o outro como um ser carregado de potencialidades e capaz de fazer ciência a partir das suas próprias inquietações. E a comunicação é ferramenta potente para contribuir nesse processo, como afirma Rosenberg (2006).

3. MAPEAMENTO DOS ESTUDOS REALIZADOS

Apresentamos a seguir os resultados da pesquisa. Inicialmente, apresentamos um quadro com as informações sobre o texto como autoria, título, ano de lançamento, metodologia, objetivos e um breve comentário sobre os resultados, o quadro visa mostrar alguns dos principais aspectos de forma sucinta, mas logo abaixo seguem os resultados de maneira narrativa e comentados um por um com mais minúcia.

3.1 Descrição dos resultados da pesquisa

Segue abaixo quadro com descrição dos resultados obtidos na pesquisa bibliográfica para sistematização das informações:

Quadro 1. Resultados da Revisão Narrativa

Autores	Título	Objetivo específico	Crítérios de inclusão	Resultados
AGUIAR, Ana Caroline Inácio de Alencar; COELHO, Caio César Lopes; LEMOS, Delite Conceição Rocha Barros e DA SILVA, Érica Vanessa Rodrigues.	A Comunicação Não-Violenta (CNV) como instrumento de promoção da saúde mental no contexto escolar.	Apresentar os resultados do projeto de CNV, como possibilidade de fortalecimento comunicativo e emocional, e o reconhecimento das necessidades individuais para lidar com os desafios enfrentados durante a pandemia pela comunidade escolar através dos princípios da CNV, contribuindo para promover saúde mental.	Artigo publicado em 2021. Localizada pelo Google Acadêmico, texto apresentado em língua portuguesa com os descritores: escola e comunicação não-violenta. Estudo qualitativo que apresenta os resultados do projeto "CNV: Falando com o coração", a partir das entrevistas dos participantes. O projeto foi idealizado pela equipe de psicólogos escolares de uma escola particular em Teresina-PI.	Após a leitura e discussão do questionário de <i>feedback</i> pelos autores, percebeu-se o aumento da flexibilidade mental; o autoconhecimento; o reconhecimento e o acolhimento das necessidades internas dos professores participantes e as dos outros; houve também o treino de uma comunicação empática, compassiva e construtiva pelos participantes, refletindo de maneira positiva na saúde mental dos participantes.
ALMEIDA, Alicia Alves de.	Comunicação não-violenta na educação	Apresentar as contribuições do uso da	Trabalho de Conclusão de Curso	As autoras inicialmente apresentam os

	infantil: o desenvolvimento socioemocional	Comunicação Não-Violenta aliada às estratégias sociointeracionistas nas abordagens de ensino da educação básica.	apresentado à Faculdade UniSagrado no ano de 2018, como parte integrante de iniciação científica. Localizado através do Google Acadêmico utilizando os descritores: comunicação não-violenta e educação infantil. Revisão de literatura narrativa.	principais conceitos do TCC, que são: CNV, a BNCC e as Habilidades Socioemocionais. Em seguida, as autoras apresentam uma série de materiais didáticos auxiliando a criação de rotinas que apliquem a comunicação não-violenta para a educação infantil.
BARROS, Ianca da Silva. MELO, Leidimara Araújo. LEITE, Ivan Lucas Melo. SOUZA, Adervan Fernandes Sousa.	Abordagem do tema comunicação não-violenta nas escolas municipais de tamboril: impressões e impactos no ambiente escolar.	Discutir os impactos e impressões que a temática CNV traz para uma cultura de paz na escola, segundo a percepção de professoras do ensino público do município de Tamboril no Ceará.	Artigo apresentado ao seminário JOIN – IV encontro Internacional de Jovens Pesquisadores em 2019. Publicado em língua portuguesa, o artigo possui o tema CNV e escola, apresentando esses descritores. Apresenta uma pesquisa qualitativa com revisão bibliográfica e entrevistas às professoras da escola.	Os resultados sobre a adoção do CNV nas escolas de Tamboril foi visto como positiva pelas professoras entrevistadas. A abordagem aumentou o diálogo em sala de aula e entre a equipe escolar, diminuindo o número de conflitos entre estudantes.
DA SILVA, Kamily Vieira Cardoso.	Um Estudo Sobre A Violência Escolar: Caminhos de superação da violência escolar através da Comunicação Não-Violenta.	Ajudando a ter clareza do que precisa ser mudado e quais estratégias precisam ser executadas para então ter uma melhor relação pessoal no ambiente escolar, ou seja, como a empatia pode facilitar a	Trabalho de conclusão de curso, publicado em 2018. Localizada pelo Google Acadêmico, texto apresentado em língua portuguesa com os descritores: escola e comunicação não-violenta.	Apresenta definições de violência por parte de autores pesquisadores na área. Apresenta dados da pesquisa sobre violência escolar feita pela faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. Apresenta a violência como sendo a ruptura da

		comunicação entre as pessoas.	Revisão bibliográfica com análise de conteúdo, numa perspectiva qualitativa.	comunicação no ambiente escolar, teoria baseada nas obras de dois autores: Bernard Charlot e Eric Debarbieux. Por fim, apresenta uma forma de mediar a violência/ conflito dentro da instituição escolar, trazendo a Comunicação Não-Violenta (CNV).
FALLER, Elisa.	Comunicação não-violenta e processos circulares: uma experiência escolar.	Explorar teoricamente e acompanhar o desenvolvimento de novas abordagens no exercício das questões escolares, em especial formas de comunicação, entre elas a CNV, observando a aplicação de estratégias alternativas para enfrentar conflitos e seus impactos no cotidiano escolar.	Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em 2018, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul para formação no curso de Pedagogia. Localizado pelo Google Acadêmico, através dos descritores escola e comunicação não-violenta. Estudo de caráter qualitativo, feito a partir de observação em escolas, tratando-se de uma etnografia.	A autora identificou mudanças na prática pedagógica das professoras que participaram ativamente do grupo de estudos de comunicação não-violenta. Essas profissionais criaram alternativas no manejo de conflitos e problemas de comunicação entre os estudantes e os outros indivíduos que trabalham na escola.
GAIDARGI, Alessandra Maria Martins.	Educação infantil dialógica e não-violenta.	Refletir sobre as violências que acontecem na escola, principalmente na Educação Infantil.	Artigo publicado em revista científica, no ano de 2019. Localizado pela pesquisa no SciELO, através dos descritores educação infantil e comunicação não-violenta. Publicado em língua portuguesa, tratando-se de uma revisão narrativa sobre o tema.	A autora afirma a possibilidade da utilização da teoria da comunicação não-violenta nas escolas, identificando aproximações dessa teoria com a teoria freiriana, na proposição de uma educação dialógica. Essas novas práticas possibilitariam, segundo a autora, a diminuição da violência de dentro

				para fora dos muros escolares.
LIMA, Marcos Antônio de. NASCIMENTO, Luiz Hermínio do.	Comunicação Não-Violenta: reflexões sobre um novo método de abordagem e combate à violência verbal no ambiente escolar.	Refletir sobre a importância da prática da comunicação não-violenta no âmbito educacional.	Artigo publicado em 2019. Localizado no Scielo através dos descritores escola e comunicação não-violenta. Em sua metodologia, os pesquisadores utilizaram a pesquisa bibliográfica e abordagem exploratória e qualitativa, com estudo de caso, do qual buscase fundamentação na legislação e em artigos sobre o tema, além da observação realizada em uma escola pública no interior do RN.	O trabalho de campo de pesquisa com os alunos da escola do interior do Rio Grande do Norte, nomeado pela escola pública municipal de "Saber ouvir jovens" aplicado aos estudantes do 5º ao 9º Ano, apresentou resultados positivos como iniciativas continuadas de projetos de CNV e a diminuição de 64% de registros de reclamação de professores sobre alunos e 70% das brigas em corredores, gerando assim um ambiente escolar com mais diálogo e menos violência.
MARTINS, Pâmela da Rosa.	Contribuições da comunicação não-violenta na prática docente.	Investigar as contribuições da comunicação não-violenta na prática docente, com base na proposta por Marshall Rosenberg.	Artigo publicado a partir de um Trabalho de conclusão de curso em 2021. Publicação em língua portuguesa com os descritores escola e comunicação não-violenta. Estudo quanti-quali com pesquisas bibliográficas, além de entrevista com especialista da área e aplicação de um questionário <i>online</i> com docentes e futuros docentes da Grande Florianópolis.	A autora identificou que a comunicação não-violenta contribui para que o docente consiga agir de forma mais empática e compassiva, entretanto, segundo a pesquisa, boa parte dos docentes não possui conhecimento sobre a CNV ou, mesmo quando possui é um conhecimento superficial. Dessa forma, sugere a inclusão da CNV nos currículos dos cursos de pedagogia e licenciaturas.

OLIVEIRA, Otávio Lima.	Comunicação não-violenta como ferramenta pedagógica: por uma prática docente propositiva e colaborativa.	O objetivo deste artigo é explorar as implicações práticas da Comunicação não-violenta (CNV), como ferramenta eficaz na construção do trabalho docente.	Artigo publicado em revista científica, no ano de 2019. Publicado em língua portuguesa e localizado pelo Google Acadêmico com os descritores escola e comunicação não-violenta. Trata-se de uma observação participativa realizada em uma escola, sendo uma pesquisa qualitativa de viés exploratório.	A observação da turma proporcionou uma reflexão que mostra a efetividade da CNV como ferramenta em sala de aula, apontando também a importância da formação dos professores e a soma de suas experiências na construção de novas formas de comunicação.
---------------------------	--	---	--	---

Fonte: Própria autora, adaptado de Gomes e Caminha (2014).

Após a coleta dos dados de pesquisa, leitura e fichamento dos textos selecionados apresentaram diversas possibilidades de pensar o tema educação e comunicação não-violenta, conforme mencionamos anteriormente, apresentamos um resumo descritivo e breve dos nove textos selecionados, sendo três trabalhos de conclusão de curso, cinco artigos publicados em revistas científicas e um artigo apresentado em um evento científico. Os pesquisadores responsáveis pelas publicações são de várias áreas: pedagogia, psicologia, sociologia, etc. Caracterizando a CNV como interdisciplinar.

O artigo, posteriormente transformado em capítulo de livro publicado pela autora Ana Caroline Inácio de Alencar Aguiar, “A Comunicação Não-Violenta (CNV) como instrumento de promoção da saúde mental no contexto escolar” (2021), trata sobre a CNV e o ambiente escolar, principalmente, o corpo docente. O texto apresenta os resultados que a autora e seu grupo obtiveram utilizando a Comunicação não-violenta no projeto de intervenção escolar “CNV: Falando com o coração”. Organizado por um grupo de psicólogos de uma unidade de escolar de educação privada em Teresina/PI para Ensino Fundamental I e II, um dos objetivos do grupo era auxiliar os professores a superarem as dificuldades de comunicação que podiam ser ainda mais intensas, pós-pandemia do Corona Vírus, a COVID-19.

Esse projeto em questão teve como foco a capacitação dos professores, inclusive, para reconhecer suas próprias necessidades. Após as intervenções dialogando sobre a CNV, os docentes responderam uma pesquisa de *feedback* e as análises dessas respostas gerou a publicação. Nos resultados, os autores apontam melhora na saúde mental do grupo, além do aumento da flexibilidade mental; o autoconhecimento; o reconhecimento e o acolhimento das necessidades internas dos próprios participantes e também daqueles que os rodeiam. Houve, por parte dos participantes, narrativas salientando os ganhos do treinamento para prática de uma comunicação mais empática, compassiva e construtiva (AGUIAR et. al., 2021).

Almeida (2019) apresenta seu Trabalho de Conclusão de Curso de título “Comunicação não-violenta na educação infantil: o desenvolvimento socioemocional”, no qual ela trata acerca das habilidades socioemocionais e o uso da comunicação não-violenta no âmbito escolar. O objetivo principal da autora é abordar a noção das habilidades socioemocionais e seu desenvolvimento através da comunicação não-violenta no processo da educacional infantil, com fundamentação na Base Nacional Comum Curricular (2018). Apresenta as contribuições do uso da Comunicação Não-Violenta nas abordagens de ensino da educação infantil, a partir da pesquisa bibliográfica.

Como resultado a autora traz sugestões de intervenções didáticas de acordo com a BNCC (2018), utilizando como base a Comunicação Não-Violenta de Rosenberg (2006), dentro do contexto da sala de aula e ressaltando a importância da educação contextualizada. Concluindo que é possível aplicar a abordagem da comunicação não-violenta baseando-se em práticas sociointeracionistas, e transformar a teoria em prática, realizando atividades desenvolvidas dentro dos parâmetros estabelecidos pela BNCC para a educação infantil (ALMEIDA, 2019).

A autora lanca da Silva Barros em seu artigo “Abordagem do tema comunicação não-violenta nas escolas municipais de Tamboril: impressões e impactos no ambiente escolar” (2019), busca discutir os impactos e impressões que a temática CNV traz para uma cultura de paz na escola, segundo a percepção de professoras do ensino público do município de Tamboril no Ceará.

O artigo aborda brevemente a CNV, apresenta seu conceito e as possibilidades de intervenção que ela pode realizar no ambiente escolar. Além da revisão de literatura, os pesquisadores analisam também entrevistas às professoras da escola.

Segundo a narrativa das professoras desde que os projetos de intervenção de CNV iniciaram houve uma melhora efetiva, alguns dos exemplos citados foram: o aumento do diálogo em sala de aula; o aumento do diálogo entre a equipe escolar e a diminuição dos conflitos entre alunos sejam verbais ou físicos (BARROS et. al., 2019).

No Trabalho de Conclusão de Curso “Um Estudo Sobre A Violência Escolar: caminhos de superação da violência escolar através da Comunicação Não-Violenta”, apresentado em 2018 por Kamilly Vieira Cardoso da Silva, a autora busca investigar quais estratégias de CNV podem ser utilizadas nas escolas para melhorar a comunicação e assim, melhorar as relações pessoais. O trabalho apresenta uma revisão bibliográfica com análise de conteúdo, numa perspectiva qualitativa e exploratória.

Na parte inicial do texto, a autora apresenta definições de violência por parte de autores pesquisadores na área, definindo violência física, psicológica, verbal e abordando as violências que ocorrem nos ambientes escolares. Em seguida, a pesquisa apresenta dados sobre a violência escolar feita pela faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. E por fim, apresenta a violência como sendo a ruptura da comunicação no ambiente escolar. Essa teoria é baseada, principalmente nas obras de dois autores: Bernard Charlot e Eric Debarbieux, trazendo considerações dos estudiosos de sua literatura. Por fim, traz a CNV como uma possibilidade de mediar conflitos na escola e apresenta em narrativas formas de mediar esses conflitos que ocorrem na rotina escolar (DA SILVA, 2018).

A pesquisa na área de pedagogia que autora Elisa Faller, publicou em 2018 trata-se de seu Trabalho de Conclusão de Curso pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, intitulada “Comunicação não-violenta e processos circulares: uma experiência escolar”. A autora pretende com o texto explorar teoricamente e acompanhar o desenvolvimento de novas abordagens no exercício das aulas e situações escolares, pensando, especialmente, formas de comunicação e entre elas a CNV. O estudo de caráter qualitativo, feito a partir da observação em uma escola, tratando-se de uma etnografia. O local onde foi realizado é a escola pública municipal Heitor Villa-Lobos, localizada na periferia de Porto Alegre, no bairro Lomba do Pinheiro.

Para coletar os dados, o primeiro passo da autora foi, por um período de tempo dentro do ano letivo, realizar encontros online com as professoras sobre a comunicação não-violenta, uma espécie de local de troca e grupo de estudos do livro

de Rosenberg (2006). Entre os resultados mais significativos da pesquisa, a autora identificou mudanças na prática pedagógica das professoras que participaram ativamente do grupo de estudos de CNV. Essas profissionais criaram alternativas ao mediar conflitos diários na comunicação com os estudantes, entre os estudantes e os outros atores escolares. Além das observações da pesquisadora, as professoras participantes relataram através de entrevistas, melhora na comunicação externa à escola, com impactos positivos também em seus relacionamentos extraescolares e melhora na saúde mental (FALLER, 2018).

O artigo “Educação infantil dialógica e não-violenta” (2019), da autora Alessandra Maria Martins Gaidargi, busca refletir sobre as violências que acontecem em ambiente escolar em suas diversas formas, e principalmente na educação infantil. A pesquisa de revisão narrativa afirma a possibilidade da utilização da teoria da comunicação não-violenta nas escolas, identificando aproximações dessa teoria com a teoria freiriana, na proposição de uma educação dialógica, ou seja, que atenda às necessidades de aprendizagem de todos os envolvidos no processo, discentes e docentes, adotando valores como respeito, aceitação, inclusão e comprometimento. Essas novas práticas possibilitariam, segundo a autora, a diminuição da violência de dentro para fora dos muros escolares impactando toda sociedade.

Os pesquisadores Marcos Antônio de Lima e Luiz Hermínio do Nascimento em seu texto “Comunicação Não-Violenta: reflexões sobre um novo método de abordagem e combate à violência verbal no ambiente escolar” (2019) abordam a importância da prática da CNV no âmbito educacional. Os autores apresentam uma pesquisa bibliográfica de abordagem exploratória e qualitativa sobre o tema e trazem um estudo de caso com a observação realizada em uma escola pública. O trabalho de campo foi realizado com os alunos da escola do interior do Rio Grande do Norte, através da observação do grupo nomeado pela escola pública municipal de “Saber ouvir jovens” do qual participavam estudantes adolescentes do 6º ao 9º ano, organizado pelos autores.

Os resultados, segundo os autores, foram positivos, algumas das iniciativas de diálogo iniciadas no projeto foram continuadas, adotadas como parte da dinâmica escolar organizada pelos professores e estudantes, houve também o interesse entre os docentes em aprender mais e praticar a CNV em sala sempre que possível. Após essa intervenção a gestão da escola relatou uma diminuição de 64% de registros de

reclamação de professores sobre alunos e 70% das brigas em corredores, gerando assim um ambiente escolar com mais diálogo e menos violência. (LIMA; NASCIMENTO, 2019).

A autora Pâmela da Rosa Martins, em seu Trabalho de Conclusão de Curso que posteriormente foi publicado como artigo: “Contribuições da comunicação não-violenta na prática docente” (2021), tem objetivo principal investigar as contribuições da comunicação não-violenta na prática docente, com base na proposta por Marshall Rosenberg (2006). A autora defende que as violências são situações presentes nas escolas e elas refletem a violência da sociedade, ela causa prejuízos a todos os atores escolares e a CNV pode ser uma ferramenta utilizada pelos docentes para orientar os demais sobre como se comunicar e a importância da comunicação.

A pesquisadora realizou um estudo de método misto quantitativo e qualitativo, também chamado de quanti-quali, com pesquisas bibliográficas, uma entrevista com uma especialista da área e aplicação de um questionário *online* com docentes e futuros docentes da Grande Florianópolis. A autora identificou que a CNV contribui para que o docente consiga agir de forma mais empática e compassiva, comprovando a sua hipótese inicial, entretanto, segundo a pesquisa, boa parte dos docentes não possui conhecimento sobre a CNV ou, mesmo quando possui é um conhecimento superficial. Dessa forma, sugere a inclusão da CNV nos currículos dos cursos de pedagogia e licenciaturas (MARTINS, 2021).

Em “Comunicação não-violenta como ferramenta pedagógica: por uma prática docente propositiva e colaborativa” (2019), o autor Otávio Lima Oliveira tem como objetivo explorar as implicações práticas da Comunicação não-violenta (CNV), como ferramenta eficaz na construção do trabalho docente. A metodologia é observação participativa e foi realizada em uma escola, sendo uma pesquisa qualitativa de viés exploratório. A escola em questão é o Colégio Estadual Manuel de Abreu localizada no bairro de Icaraí na cidade de Niterói, estado do Rio de Janeiro.

Oliveira (2019) é participante de um grupo de residência pedagógica em Sociologia e realizou junto aos colegas intervenções utilizando a CNV. O autor menciona como intervenção desse artigo, por exemplo, uma experiência na hora da chamada, momento que sempre causava agitação entre os estudantes, em que coloca em prática os quatro preceitos da comunicação não-violenta: a observação; o sentimento; a necessidade e o pedido, apresentado na prática uma possibilidade de

uso em sala da CNV. A observação da turma proporcionou uma reflexão que mostra a efetividade da CNV como ferramenta em sala de aula, apontando também a importância da formação dos professores e a soma de suas experiências na construção de novas formas de comunicação.

Esses foram os textos coletados durante a pesquisa, a seguir iremos explorar algumas considerações envolvendo os textos selecionados e a questão base sobre a possibilidade da CNV ser usada como uma ferramenta na educação infantil e ensino fundamental I.

3.2 Contribuições da Comunicação Não-Violenta para a Educação Infantil e Ensino Fundamental I

Sendo a comunicação indispensável para a vida em grupo dos seres humanos, percebemos que a prática da comunicação não-violenta alcança com sucesso diversos processos de troca e interação, através da prática de empatia. Pois, segundo Rosenberg: “Ter empatia com outra pessoa abre a porta para o entendimento e conexão profunda.” (2006, p. 4). Como ressaltamos anteriormente, a CNV não foi pensada para o contexto escolar, sendo uma teoria da psicologia com diversas possibilidades de aplicação. Mas ressaltamos a sua efetividade na educação formal, pois ambiente escolar está a todo o momento envolvido com o ato da comunicação entre os sujeitos, sejam eles: estudantes, professores, trabalhadores da secretaria, coordenadores, direção, servidores, pais, são muitos atores e o entendimento é indispensável para um ambiente saudável.

Uma prática crítica da pedagogia passa pelo reconhecimento dos desafios na vida de uma professora/pesquisadora, o abandono a velhas práticas que encaram a pedagogia por um viés tecnicista e liberal e encara a escola apenas como um local em que os estudantes serão moldados para o mercado de trabalho, mas como um espaço de conhecimento e trocas, em que os estudantes possam desenvolver habilidades que os ajudem a viver melhor, como identificar seus sentimentos, necessidades e comunica-los sem apelar para a violência como uma reação automática e já aguardada, e uma possibilidade é apresentada através das práticas de CNV de Rosenberg (2006).

Após a organização dos dados é certo de que os textos concordam entre si e com a nossa hipótese sobre a efetividade da CNV em ambientes escolares. Abaixo trazemos algumas reflexões suscitadas pelas leituras. A primeira a qual nos propomos é sobre as contribuições que a CNV pode acrescentar para a educação infantil e o ensino fundamental I. Dos resultados, apenas dois tratam especificamente acerca da educação infantil: o TCC de Almeida (2019) e o artigo de Gaidargi (2019). Já os autores Aguiar (2021); Barros (2019); Lima (2019) publicaram artigos sobre a educação básica no ensino fundamental II e no ensino médio e os autores Da Silva (2018) e Faller (2018) escreveram TCCs também sobre os anos finais da educação básica. Enquanto Martins (2021) tem seu TCC voltado para a CNV e os professores assim como o artigo de Oliveira (2019).

Almeida (2019) em sua pesquisa nos apresenta uma relação muito rica para a educação infantil que é o desenvolvimento socioemocional das crianças, a autora destaca inclusive, os conteúdos da BNCC (2018) que dialogam diretamente com essa habilidade e defende a teoria de que os passos da CNV: a observação; o sentir; a necessidade e o pedido são poderosos nesses processos, e além de serem utilizados no cotidiano podem auxiliar também à produção dos conteúdos didáticos para as salas de aula.

Gaidargi (2019) apresenta como uma das motivações da reprodução da violência na escola por crianças, além do convívio da criança com violência no espaço doméstico, a reprodução que os professores exercem e que isso se dá também, pela proximidade entre casa e escola na educação infantil. Essa proximidade pode gerar situações que normalizem a violência verbal e psicológica a até mesmo violência física como tapas, beliscões, puxões de cabelo como forma de disciplinar. A autora afirma então, que mesmo a educação passando por um local de afeto a diferenciação do espaço escolar e familiar é importante para que não haja confusão entre pai, cuidador e professor. A comunicação não-violenta, nesse caso se mostra como uma possibilidade de treinar o diálogo nos docentes, auxiliando inclusive no reconhecimento dos próprios sentimentos e necessidades afirmando a possibilidade de criar na escola uma cultura de paz.

Esses dois textos nos chamam atenção para alguns aspectos importantes, que a violência não é exclusividade do espaço escolar, pelo contrário, é uma realidade que levanta debates em diversas áreas de conhecimento, comportamentos violentos na

escola como xingar os colegas, falar muitos palavrões em sala de aula, por exemplo, pode vir da convivência social em que a criança em formação está em contato. Entretanto, cabe a escola, enquanto local de construção de saber, conseguir orientar essa criança a se expressar de outras maneiras e por isso ferramentas como a CNV e a orientação de toda comunidade escolar são importantes.

O que fortalece a afirmação sobre a importância da pesquisa em pedagogia, inclusive em temas interdisciplinares, que possam explorar ferramentas e orientar os professores acerca da importância da comunicação e até mesmo o uso de ferramentas de mediação de conflitos trazidas da psicologia, como é o caso da CNV.

Podemos então listar algumas formas com que a CNV pode contribuir para a educação infantil e o ensino fundamental I. Na própria convivência da equipe escolar, evitando ruídos na comunicação e promovendo um ambiente em que todos se sintam respeitados e ouvidos. Na prática com os estudantes em sala, através de exercícios no cotidiano considerando os quatro elementos destacados por Rosenberg (2006), a observação, o sentir, a necessidade e o pedido como elementos que ajudam a desenvolver as capacidades socioemocionais das crianças que ainda estão aprendendo a como identificar e organizar seus sentimentos. Por fim, pode tornar-se elementos da didática em sala de aula, com atividades que colaborem para o diálogo.

Assim, a CNV utilizada na escola pode promover um ambiente mais saudável na escola, quebrando ciclos de violência de ação e reação entre estudantes, mostrando aos estudantes que existem alternativas, ao contexto violento exterior, mediando conflitos e promovendo assim, a diminuição da violência em suas várias manifestações. Mas para que isso seja possível, a escola em si precisa passar por uma transformação, pois a manutenção da violência serve como forma de manter a disciplina, a docilidade dos corpos, a formação para o mercado de trabalho, para à adequação as normas e romper com essa lógica é necessário.

As pesquisas de Aguiar (2021); Barros (2019); Lima (2019); Da Silva (2018) e Faller (2018) realizadas em ambientes de educação básica, mas do ensino fundamental II e ensino médio, trouxeram algumas práticas possíveis e observações de sala após a aplicação de atividades de CNV entre os estudantes e os professores. Os resultados indicam diminuição da violência tanto física quanto verbal, além de menos problemas com indisciplina por parte dos estudantes.

Os trabalhos de Martins (2021) e Oliveira (2019) tem foco nos docentes, ambos perceberam que a CNV ainda é pouco discutida e pouco conhecida mesmo entre os professores. Assim, os autores destacam a comunicação não-violenta como uma ferramenta importante que pode ser incorporada ao curso de pedagogia, aos cursos de licenciatura e às formações dos professores nas escolas, afim de mudar esse quadro.

Sobre esses textos ressaltamos o papel da pedagoga, e nesse caso dos professores de educação básica em geral, em pensar também a sua prática diária, a saúde mental é um debate que vem ganhando destaque entre os docentes, e a convivência com a violência em suas diversas manifestações pode estar diretamente ligada a isso, sendo necessárias novas pesquisas sobre o tema para ampliar essa discussão.

Além da violência institucionalizada presente na escola, mencionada anteriormente, a sobrecarga de trabalho, o ambiente hostil, as questões pessoais, questões de saúde mental podem afetar a prática dos docentes em sala de aula. As pedagogas, assim como os outros profissionais que atuam nas escolas, também podem experimentar violências em seu cotidiano e até mesmo reproduzi-las em sala de aula e por isso, a CNV e o desenvolvimento socioemocional não é apenas para o desenvolvimento pessoal dos estudantes, mas também de toda a equipe escolar.

Acerca do viés punitivista da educação e suas aproximações com Foucault (1987), ele também é citado no Trabalho de Conclusão de Faller (2018), que afirma que os erros deveriam ser acolhidos e não punidos e que essas punições sejam físicas ou psicológicas podem impactar o desenvolvimento das crianças e como ela organiza os sentimentos como raiva e frustração.

O viés punitivista da educação brasileira, conforme citado anteriormente, aparece como uma questão histórica, isso ocorre devido a vários fatores, aos quais através da leitura de Hilsdorf (2003); Foucault (1987) e Faller (2018), destacamos: o nosso processo violento de colonização que dizimou várias etnias indígenas e exerceu violência entre tantas outras através do ensino da catequese realizado pelos jesuítas; a escravidão que só foi abolida oficialmente em 1888, e excluiu na maior parte da história do país a população negra da educação formal. Essas populações, hoje conhecidas como minorias sociais, são aquelas que continuam a sofrer sistematicamente com a violência escolar de várias formas.

Por exemplo, a violência na escola, com os conflitos entre colegas, que pode ser violência psicológica e física como o *bullying*, muitas vezes por motivos raciais e sociais e que podem se tornar ataques físicos, e gerando mais violência como resposta, muitas vezes pela violência ser uma forma de solução que os sujeitos consideram rápida e efetiva, indica no caso, a ausência de um ambiente saudável, ocasionado pela desigualdade social.

A violência da escola, através do currículo excludente que traz pouca informação sobre as populações indígenas e africanas escravizadas. Através do estigma racial social que compreende esses corpos como menos capazes de intelectualidade. Até mesmo, os estereótipos que a equipe escolar coloca em um estudante indisciplinado, que pode gerar tratamentos como indiferença.

A violência à escola, que pode ser interpretada como a indisciplina em sala, os conflitos com os professores e com as demais pessoas da equipe escolar, a depredação do patrimônio e etc. nessa perspectiva, pode ser uma reação a uma sociedade violenta e a escola que ainda precisa passar por transformações para acolher as diversas subjetividades e histórias. Não cristalizando esses sujeitos, que historicamente foram pessoas vistas como pessoas a serem doutrinadas, como violentos, por um erro ou uma sucessão de erros, mas fornecendo ferramentas para que eles cheguem à reflexão crítica sobre o próprio comportamento e consigam se expressar por outras vias que não seja o conflito, mostrado assim uma educação realmente libertadora.

O próprio Rosenberg em seu livro traz a importância do erro, da falha como partes importantes da experiência dos estudantes. Segundo Rosenberg, os nossos erros “mostram nossas limitações e nos guiam em direção ao crescimento” (2006, p. 181). E por com essa consideração o autor afirma a importância da comunicação e possibilidade de reflexão sobre nossas condutas com a perspectiva do desejo e não de sentimentos de vergonha, raiva, rejeição, dor, que podem surgir oriundas da punição.

Conforme afirmamos anteriormente, a CNV dialoga com outros princípios pedagógicos pensados por autores brasileiros, um exemplo que conseguimos relacionar com a prática da comunicação não-violenta são algumas obras do autor Paulo Freire, tanto o Trabalho do Conclusão de Curso de Faller (2018) como o artigo

de Gaidargi (2019), aproxima as reflexões possíveis através da prática da CNV com os pensamentos de Paulo Freire quando ressalta que:

Nosso papel não é falar ao povo sobre a nossa visão do mundo, ou tentar impô-la a ele, mas dialogar com ele sobre a sua e a nossa. Temos de estar convencidos de que a sua visão do mundo, que se manifesta nas várias formas de sua ação, reflete a sua situação no mundo. (FREIRE, 1987, p. 87).

Além de incentivar a autonomia e diálogo como a CNV, a prática de Rosenberg se aproxima das ideias freirianas, pois segundo Gaidargi:

A utilização da comunicação não-violenta na educação como um todo se enquadra em três princípios freirianos: o princípio político, pois consideramos educação intervenção na vida coletiva, que deve servir à construção de sociedade livre, justa, humana e democrática, portanto uma educação não-violenta poderia intervir de forma positiva no modelo social vigente; o princípio gnosiológico, porque se a educação se constrói nas relações dialéticas do sujeito com o mundo e com o outro, uma relação menos violenta nas comunidades educacionais interfere na construção do conhecimento pelos alunos; e o princípio axiológico, porque se a educação deve promover a humanização dos sujeitos em contraposição à sua coisificação, ela deve acontecer de forma não-violenta, para que alunos e professores se desenvolvam e se reconheçam em sua humanidade. (2019, p. 259).

A autora destaca dessa forma que mesmo sendo uma teoria desenvolvida por um estadunidense, a CNV apresenta contribuições importantes e diálogo com a teoria de um dos principais educadores brasileiros, cuja pedagogia defendia autonomia, colaboração, comunicação, fugindo da lógica do enquadre tecnicista e focando no desenvolvimento das relações entre o sujeito e o mundo e o sujeito e os outros sujeitos.

Conforme apresentamos ao longo do texto a violência nas escolas em suas múltiplas manifestações é uma questão que tem preocupado muitos pesquisadores, sendo um assunto interdisciplinar, mas que tem atenção especial dos pedagogos, principalmente, quando focamos nos anos iniciais da educação básica. Os resultados dessa pesquisa mostram que o tema o uso da CNV na educação infantil e educação fundamental I ainda é exploratório.

A comunicação não-violenta ferramenta desenvolvida por Rosenberg (2006), é importante na transformação da comunicação e na mediação de conflitos dentro da escola, seus princípios se aproximam tanto dos aspectos legais que regem à educação como a BNCC, quanto o viés pedagógico de pensadores brasileiros, como Paulo Freire. Entretanto, para ser aplicada precisa integrar os cursos de formação de professores e se popularizar para afetar também estudantes, gestão e outros atores da comunidade escolar.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto apresenta uma pesquisa bibliográfica realizada acerca da CNV de Rosenberg (2006), levantando os principais estudos que estão sendo relacionados na área de educação e comunicação não violenta nos últimos dez anos e ressaltando àqueles realizados sobre a educação infantil e o ensino fundamental I. Os resultados mostram que, além de seu uso diário, em sala de aula como prática de mediação entre professores e alunos e alunos e alunos, é possível criar material didático utilizando a CNV para desenvolvimento de habilidades socioemocionais dos estudantes, seguindo as diretrizes da BNCC (2018). Os resultados indicaram também uma aproximação teórica entre a comunicação não-violenta e as práticas de Paulo Freire (2014).

Nos resultados, observamos que nas escolas em que a CNV entrou em prática, através de oficinas ou como canal oficial de comunicação com os estudantes os resultados em relação à comportamentos como indisciplina em sala e atritos com os professores e o restante da equipe escolar diminuíram, mostrando que através das transformações de alguns aspectos da escola podemos obter resultados favoráveis. É também significativo mencionar que a CNV pode inclusive beneficiar a saúde mental dos docentes tanto no espaço intraescolar como extraescolar.

Por outro lado, os resultados revelam também algumas necessidades como: um número maior de pesquisas realizadas na área da pedagogia sobre os anos iniciais da educação básica e a CNV, além de mais pesquisa sobre o tema, realizadas de maneira interdisciplinar. É importante também, a popularização da comunicação não-violenta que ainda é desconhecida por muitos professores e pela população em geral. A pesquisa é relevante, pois conforme apresentado o tema ainda é exploratório, havendo poucas publicações sobre ele. O tema não foi esgotado e esperamos que esse trabalho colabore para novas pesquisas e reflexões sobre a educação básica nos anos iniciais e a comunicação não-violenta.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Miriam. Violências no cotidiano das escolas. In: ABRAMOVAY, Miriam (Org.). **Escola e violência**. Brasília: UNESCO, 2002. p. 67-86.
- ABRAMOVAY, Miriam. (Coord.). **Cotidiano das escolas: entre violências**. Brasília: UNESCO, Observatório de Violência, Ministério da Educação, 2005.
- AGUIAR, Ana Caroline Inácio de Alencar; COELHO, Caio César Lopes; LEMOS, Delite Conceição Rocha Barros e DA SILVA, Érica Vanessa Rodrigues. A Comunicação Não-Violenta (CNV) como instrumento de promoção da saúde mental no contexto escolar. In **Saúde mental no século XXI: indivíduo e coletivo pandêmico**. Org. Maria Cristina Zago. Editora Científica: São Paulo. 2021.
- ALMEIDA, Alicia Alves de. **Comunicação não-violenta na educação infantil: o desenvolvimento socioemocional** / Alicia Alves de Almeida. -36 f. Orientadora: Prof. Monografia a M. a Cássia de Souza Pardo-Fanton (Iniciação Científica em Pedagogia) Universitário Sagrado Coração 2021. 36p.
- BARROS, Ianca da Silva. MELO, Leidimara Araújo. LEITE, Ivan Lucas Melo. SOUZA, Adervan Fernandes Sousa. **Abordagem do tema comunicação não-violenta nas escolas municipais de tamboril: impressões e impactos no ambiente escolar**. Anais VI JOIN / Brasil – Portugal. 2019.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília/ Senado Federal, 1998.
- BRASIL. Lei n.º 8.069/90, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da criança e do adolescente (ECA)**. Diário Oficial da União, Brasília, 27 ago, 1990.
- BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Legislação. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 10.172, de 09 de Janeiro de 2001. **Estabelece o Plano Nacional de Educação**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2001.
- BRASIL. **Lei 11.274, de 26 de fevereiro de 2006**. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular: educação é a base**. Brasília: DF, 2018.
- BRUNO NETO, Giuseppe. Uma breve visão sobre a afetividade nas teorias de Wallon, Vygotsky e Piaget. Trabalho de conclusão de curso (TCC). Universidade Presbiteriana Mackenzie Centro De Ciências Biológicas E Da Saúde. Curso De Ciências Biológicas. 2012. 29 p.
- CHARLOT, B. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, v. 4, n. 8, p. 432-443, 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/soc/n8/n8a16.pdf>>. Acesso em: 30 dez. 2022.
- DA SILVA, Kamilly Vieira Cardoso. **Um Estudo Sobre A Violência Escolar: Caminhos de superação da violência escolar através da Comunicação Não-Violenta**.

2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Sociologia) – Curso de Sociologia – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

FALLER, Elisa. **Comunicação não-violenta e processos circulares: uma experiência escolar**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade de Educação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Trad. Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. A verdade e as formas jurídicas. Tradução de Roberto Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro, **Nau**, 1996, pp. 7-12.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17º ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Paulo Freire. 49. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GAIDARGI, Alessandra Maria Martins. Educação infantil dialógica e não-violenta. **Dialogia**. São Paulo, n. 33, p. 246-262, set./dez., 2019. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/13668>. Acesso em: 28. dez. 2022.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **O que é pedagogia** / Paulo Ghiraldelli Jr. São Paulo: Brasiliense, 2006. - (Coleção primeiros passos; 193) 5ª reimpr. da 3. ed. de 1996. ISBN 85-11-01193-5

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antonio Carlos Gil. - 6. Ed. - São Paulo: Atlas. 2008.

GOMES, I. S.; CAMINHA, I. D. O. **Guia para estudos de revisão sistemática: uma opção metodológica para as Ciências do Movimento Humano**. **seer.ufrgs.br**, 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/Movimento/article/viewFile/41542/28358>>. Acesso em: 05 jan. 2023.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Pioneira. Thomson Learning, 2003, 135p.

LIMA, Marcos Antônio de. NASCIMENTO, Luiz Hermínio do. Comunicação Não-Violenta: reflexões sobre um novo método de abordagem e combate à violência verbal no ambiente escolar. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 04, Ed. 09, Vol. 03, pp. 145-158. Setembro de 2019. ISSN: 2448-0959.

MARTINS, Pâmela da Rosa. **Contribuições da comunicação não-violenta na prática docente**. Trabalho de Conclusão de Curso em Pedagogia Bilíngue (Libras/português) no Instituto Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2021.

OLIVEIRA, Otávio Lima. Comunicação não-violenta como ferramenta pedagógica: por uma prática docente propositiva e colaborativa. **Revista Perspectiva Sociológica**, n.º 24, 2º sem. 2019, p. 97-114.

PIAGET, J. **A construção do real na criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

ROSENBERG, Marshall B. **Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais** / Marshall B. Rosenberg ; [tradução Mário Vilela]. – São Paulo: Ágora, 2006.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação** / Alfredo Veiga- Neto. - 2 ed. 1 reimp. - Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 160 p.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.